



CHAMADA PÚBLICA nº. 003/2018

Processo Administrativo nº 28.528/2018

Chamada Pública nº. 003/2018 para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, destinados à alimentação escolar através de dispensa de licitação amparada na Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, Resolução CD/FNDE nº. 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº. 04, de 02 de abril de 2015 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME**, com sede na Rua Carmela Dutra, 475, Agriões, Teresópolis, RJ, registrado pelo CNPJ 29.138.369/0001-47, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Rosana da Rocha Mendes, considerando o disposto no Art. 14 da Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009 e Art. 20 da Resolução CD/FNDE nº. 26 de 17 de junho de 2013, e as suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando **CHAMADA PÚBLICA** para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a ser realizado **no dia 04 de dezembro de 2018 com início às 18h30**, na Escola Municipal Alcino Francisco da Silva, Estrada Rio-Bahia, Km 40 – Volta do Pião – 2º Distrito para o período de 06 (seis) meses – fevereiro a julho de 2019, que se regerá pela Lei Federal nº. 11.947 de 16 de junho de 2009, pela Resolução/CD/FNDE nº. 26 de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº. 04 de 02 de abril de 2015, sendo o processo conduzido pela Comissão Temporária instituída pela Portaria SME n. 004/2018, de 08 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial Eletrônico do município de Teresópolis (Ano III, n. 155, de 16 de outubro de 2018), além do disposto no presente Edital e demais anexos, normas estas que os interessados declaram conhecer.

Os recursos são provenientes Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, repassados pelo Governo Federal pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE ao município de Teresópolis.

1. DO OBJETO - O objeto do presente edital de Chamada Pública consiste na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar através de grupos formais, grupos informais e/ou fornecedores individuais para prover as necessidades de alimentação escolar dos alunos matriculados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações detalhadas do **ANEXO I**.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA CHAMADA PÚBLICA - Os produtos alimentícios a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, conforme art. 33 da Resolução CD/FNDE nº. 26 de 17 de junho de 2013, e as suas alterações, e respeitar as especificações técnicas elaboradas pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

3. ETAPAS DA CHAMADA PÚBLICA:

3.1. A Chamada Pública será constituída de 03 (três) etapas:

DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 003/2018	14/11/2018
Encontro Rural 2º Distrito: Escola Municipal Alcino Francisco da Silva	07/11/2018 às 18h30
Encontro Rural 3º Distrito: Escola Municipal Francisco Maria Dália	08/11/2018 às 18h30
1ª Etapa: HABILITAÇÃO e PROJETO DE VENDAS	
Entrega da documentação de habilitação e Abertura dos Envelopes (Envelope 001) Entrega do Projeto de Vendas, Documentação Comprobatória e Abertura dos Envelopes (Envelope 002)	04/12/2018
2ª Etapa: Resultado	04/12/2018
3ª Etapa: FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS	02 a 04/01/19

3.2. A Chamada Pública com as etapas de apresentação dos Envelopes de Documentos e Projeto de Vendas, bem com a julgamento e divulgação dos resultados terá início **04/12/2018**, às 18h30, na Escola Municipal Alcino Francisco da Silva, Estrada Rio-Bahia, Km 40 – Volta do Pião – 2º Distrito.

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: 1ª ETAPA: ENVELOPE nº. 001

4.1. Os interessados apresentarão seus documentos em 01 (um) envelope designado respectivamente por “Envelope nº. 001”, em apenas uma via, devidamente lacrado constando obrigatoriamente afixado na parte externa do envelope o checklist 001, conforme **ANEXO II**.

4.1.1. Dos **Grupos Formais, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica**:

I – Identificação do Grupo Formal, conforme **ANEXO III**;

II – a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

III – o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

IV – a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

V – as cópias do estatuto (sendo permitido autenticações eletrônicas na Junta Comercial) e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

VI – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda, conforme **ANEXO IV**;

VII – Declaração de seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados e/ou associados, conforme **ANEXO V**;

VIII – Carta de preposição autorizando o representante do Grupo Formal a apresentar proposta, interpor recursos, desistir de interposições, assinar contratos e demais atos relativos ao objeto desta Chamada Pública, conforme modelo do **ANEXO XI**.

4.1.2. Dos **Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupo**:

I – Identificação do Grupo Informal, conforme **ANEXO III**;

II – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias; e

IV – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda, conforme **ANEXO IV**.

4.1.3. Dos Fornecedores Individuais, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, não organizados em grupo:

I – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda, conforme **ANEXO IV**;

4.2. Na ausência ou irregularidade de qualquer desses documentos, fica facultado à Comissão Temporária a abertura de prazo de 05 dias úteis para a regularização da documentação, desde que esteja previsto no edital da chamada pública.

4.3. Os agricultores familiares, detentores de DAP Física, poderão contar com uma Entidade Articuladora que poderá, nesse caso, auxiliar na elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.

4.3.1. As Entidades Articuladoras são aquelas definidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA

4.4. A apresentação da documentação dos Grupos Formais/Grupos Informais/Agricultores Individuais para habilitação deverá ser entregue no dia **04/12/2018**, às 18h30, na Escola Municipal Alcino Francisco da Silva, Estrada Rio-Bahia, Km 40 – Volta do Pião – 2º Distrito.

4.5. A abertura dos Envelopes nº. 001 será um evento público e ocorrerá no dia **04/12/2018**, às 19h, na Escola Municipal Alcino Francisco da Silva, Estrada Rio-Bahia, Km 40 – Volta do Pião – 2º Distrito.

4.6. A abertura dos Envelopes nº. 001 deverá ser registrada em ata pela Comissão Temporária para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e deverá ser assinada por todos os participantes presentes;

5. DO PROJETO DE VENDA E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: 1ª ETAPA: ENVELOPE nº. 002

5.1. Os habilitados apresentarão os Projetos de Vendas em 01 (um) envelope designado respectivamente por “Envelope nº. 002”, em apenas uma via cada, devidamente lacrado constando obrigatoriamente afixado na parte externa do envelope o checklist 002, conforme **ANEXO VI para Grupo Formal, ANEXO VII para Grupo Informal e ANEXO VIII para Fornecedor Individual**;

5.2. Projeto de Vendas:

5.2.1. Cada proponente (grupos formais / grupos informais / fornecedores individuais) deverá preencher a quantidade de gêneros alimentícios que irá ofertar, respeitando o valor unitário estipulado na presente Chamada Pública;

5.2.2. Será adotada como preço de aquisição os valores obtidos no Mapa Estimativo - **ANEXO I**, constituído através de pesquisa de preços realizados no mercado local, sendo priorizada a Feira do Agricultor Familiar de Teresópolis;

5.2.3. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor dos gêneros constantes no Projeto de Venda, conforme **ANEXO VI (Grupo Formal)**, **ANEXO VII (Grupo Informal)** ou **ANEXO VIII (Grupo Informal)**.

5.2.4. No caso de ser produtor de gênero alimentício orgânico ou agroecológico, apresentar cópia de declaração de cadastro de produtor vinculado a Organização de Controle Social (OCS) ou cópia de atestado/certificado de conformidade orgânica emitido por Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5.2.5. A tabela de per capita é para consulta e orientação, sendo passível de alteração.

5.3. Quaisquer dúvidas sobre a documentação comprobatória deverão ser dirigidas à Comissão Temporária para execução do Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE.

5.4. A apresentação dos Projetos de Venda, a documentação comprobatória e a Abertura dos Envelopes nº 002 dos Grupos Formais/Empreendedor Familiar Rural, será no dia **04/12/2018** na Escola Municipal Alcino Francisco da Silva, Estrada Rio-Bahia, Km 40 – Volta do Pião – 2º Distrito.

5.5. A abertura dos Envelopes nº. 002 deverá ser registrada em ata pela Comissão Temporária para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e deverá ser assinada por todos os participantes presentes.

5.6. Caso o agricultor familiar apresente Projeto de Venda que contenha os gêneros alimentícios Ovos Caipira e/ou Mel, deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Cópia legível do título/declaração de registro do Serviço de Inspeção (Municipal ou Estadual ou Federal) contendo a devida assinatura do órgão competente;

II - Cópia legível do rótulo da embalagem contendo o de Inspeção (Municipal ou Estadual ou Federal);

III- Na entrega dos produtos, também deverá entregar Declaração de Beneficiamento do seu produto assinado pelo detentor do título/declaração de registro do de Inspeção (Municipal ou Estadual ou Federal), caso não possuam unidade de beneficiamento própria, conforme **ANEXO XII**;

IV – Os proponentes para o fornecimento de Ovos Caipira deverão entregar, junto com o Projeto de Venda, a Declaração de Produção no Sistema Caipira, conforme **ANEXO XIII**;

a) Para conformidade de produção no sistema caipira adotar-se-á norma para produção de acordo com OFÍCIO CIRCULAR/DIPOA nº 60/99 em 04/11/99: Ovo caipira, disponível no **ANEXO XIV**;

6. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS PROJETOS DE VENDA

6.1. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores de Teresópolis, grupo de projetos do território rural (Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro), grupo de projetos do Estado do Rio de Janeiro, e grupo de propostas do País.

6.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores de Teresópolis terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural da Região Serrana do Rio de Janeiro terá prioridade sobre o do Estado do Rio de Janeiro e o país.

III - o grupo de projetos do Estado do Rio de Janeiro terá prioridade sobre o do País.

6.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

6.4. Caso na avaliação dos Projetos de Venda a Comissão Temporária não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 6.1 e 6.2.

6.5. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

6.6. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6.6. Não haverá disputa de preço, sendo estabelecido como preço de aquisição os resultados médios demonstrados no **ANEXO I**.

7. DO RESULTADO 2ª ETAPA: RESULTADO

7.1. A divulgação do resultado contendo os habilitados, projetos de vendas e critério de seleção de acordo com a Resolução CD/FNDE nº. 04 de 02 de abril de 2015, e suas alterações, será dada no dia **04/12/2018**, na Escola Municipal Alcino Francisco da Silva, Estrada Rio-Bahia, Km 40 – Volta do Pião – 2º Distrito.

8. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS 3ª ETAPA: FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

8.1. A formalização dos contratos será realizada de acordo com os critérios de seleção constantes da Resolução CD/FNDE nº. 04 de 02 de abril de 2015, e se dará na sede da Procuradoria Geral do Município nos dias **02, 03 e 04/01/2019**; conforme **ANEXO IX**;

8.2. Os contratos serão formalizados na Procuradoria Geral do Município na presença dos agricultores familiares e/ou representante dos Grupos Formais e da Secretária Municipal de Educação, sendo proibido a apresentação dos contratos já previamente preenchidos;

8.3. Os agricultores familiares que aderirem a esta Chamada Pública declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

9. DO PRAZO:

O prazo de fornecimento dos gêneros alimentícios, objeto desta Chamada Pública, vigorará pelo período de 06 (seis) meses a partir do início do fornecimento.

10. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1. Os gêneros alimentícios deverão ser adquiridos de acordo com os períodos descritos no **ANEXO X**;

10.2. Os gêneros alimentícios poderão ser solicitados semanalmente conforme a necessidade do Setor de Nutrição Escolar, com exceção do recesso escolar;

10.3. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues pelos fornecedores em local a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação;

10.4. No momento da entrega dos gêneros alimentícios, os produtos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas dos alimentos, conforme **ANEXO I**, desta Chamada Pública;

10.5. O (s) fornecedor (es) entregará (ão) os produtos com no mínimo 60% (sessenta por cento) de sua vida útil (prazo de validade) contada a partir da entrega e em embalagem oficial do produtor, contendo marca, validade e especificações onde couber e de acordo com o **ANEXO I**;

10.6. O (a) responsável pelo recebimento das mercadorias no local a ser determinado terá o direito de recusar o recebimento se não estiver de acordo com o solicitado, nos itens 10.4 e 10.5, devendo o(s) fornecedor (es) substituir os gêneros alimentícios sem prejuízos da Entidade Executora;

10.7. Em todos os alimentos entregues deverão constar a especificação (pesagem ou unidade) fixada na embalagem do produto para posterior conferência da mesma;

10.8. Os alimentos deverão ser entregues em quantidades separadas por Unidade Escolar, de acordo com a per capita preestabelecida pelo Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação.

10.9. A Entidade Executora se reserva no direito de conferir os alimentos na presença do representante do(s) fornecedor (es);

10.10. Deverão ser observadas as exigências solicitadas com relação à composição, registros, validade, embalagem e acondicionamento para todos os produtos solicitados;

10.11. Na impossibilidade da oferta, por motivo de força maior, de algum gênero alimentício que faça parte do contrato, o (s) fornecedor (es) se comprometerá (ão) a fazer a substituição do mesmo por um gênero alimentício do mesmo grupo alimentar, preservando o valor acordado no contrato;

10.12. Caberá ao(s) fornecedor (es) o descarregamento dos gêneros alimentícios quando da entrega, devendo, este(s) possuir pessoal disponível para tal serviço;

10.13. O responsável pelo recebimento dos gêneros alimentícios a serem entregues, deverá dispor de dois recibos, os quais terá que assinar, autenticar e carimbar, sendo que uma via será entregue ao fornecedor e a outra será anexada à nota fiscal;

10.14. As notas fiscais, as cópias da Ordem de Compra e do Contrato deverão ser protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura, na Avenida Feliciano Sodré nº 675 - Várzea;

10.15. As notas fiscais e recibos deverão conter o nome do Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural com DAP física ou Grupo Formal com a DAP jurídica.

11. DO PAGAMENTO E PREÇO

11.1. Produtos orgânicos ou agroecológicos, terão acrescidos aos preços destes produtos em 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº. 12.512 de 14 de outubro de 2011, que institui o programa de apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

11.2. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios pela Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural e/ou Grupo Formal, deverão ser considerados todos os insumos exigidos na Chamada Pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento dos produtos conforme art. 29 da Resolução CD/FNDE nº. 04 de 02 de abril de 2015, e suas alterações posteriores;

11.3. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega, através de cheque nominal ou transferência bancária, mediante apresentação de nota fiscal, que deverá assumir a forma eletrônica nos casos exigidos em lei, correspondente ao fornecimento efetuado para cada faturamento, vedada a antecipação do pagamento;

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida no Departamento de Suprimento e Licitações, ou na Secretaria Municipal de Educação, no horário de 8hs30min às 11hs30min e de 14hs às 16hs30min, até o dia **04/12/2018**, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br (Retirada de Edital);

12.2. A participação de qualquer grupos formais, grupos informais e/ou fornecedores individuais no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos;

12.3. É competente para esclarecer quaisquer dúvidas relativas a esta Chamada Pública, à contratação e à execução dela decorrentes o foro da Comarca de Teresópolis, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.4. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

12.5. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidades Executoras.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

12.6. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III - Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

13. ANEXOS:

- **ANEXO I - DO OBJETO** – Especificações, Quantidades e Valores máximos estabelecidos para aquisição dos Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.
- **ANEXO II - Envelope nº 001** - Check List – GRUPO FORMAL; GRUPO INFORMAL; FORNECEDOR INDIVIDUAL.
- **ANEXO III - IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FORMAL** - PARTE 01 de 02.
- **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA** - GRUPOS FORMAIS; GRUPO INFORMAL; FORNECEDOR INDIVIDUAL.
- **ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS** - GRUPOS FORMAIS.
- **ANEXO VI - Envelope nº 002** - Check List – GRUPO FORMAL.
- **ANEXO VII - Envelope nº 002** - Check List – GRUPO INFORMAL.
- **ANEXO VIII - Envelope nº 002** - Check List – FORNECEDOR INDIVIDUAL.
- **ANEXO IX - CONTRATO DE VENDA.**
- **ANEXO X - QUANTIDADES DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR.**
- **ANEXO XI - CARTA DE PREPOSIÇÃO AUTORIZANDO REPRESENTANTE DO GRUPO FORMAL** - GRUPOS FORMAIS.
- **ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE BENEFICIAMENTO.**
- **ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO NO SISTEMA CAPIRA.**
- **ANEXO XIV - OFÍCIO CIRCULAR/DIPOA Nº 60/99 EM 04/11/99: Ovo caipira.**

Teresópolis, 13 de novembro de 2018

ROSANA DA ROCHA MENDES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS



ANEXO I

1. DO OBJETO – Especificações, Quantidades e Valores máximos estabelecidos para aquisição dos Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1.	Abóbora madura: Fruto fresco com grau de maturação completa. Deve apresentar cor de polpa intensa, odor agradável, consistência firme, sem presença de fungos, sem defeitos e danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio e transporte. A entrega deverá ser realizada preferencialmente no dia da colheita em caixa plástica limpa e retornável.	Kg	13.552	2,59	35.099,68
2.	Aipim: de primeira, apresentando grau de evolução completo, de tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, rachaduras, fungos.	Kg	14.342	3,33	47.758,86
3.	Agrião - com folhas integras, livres de fungos; transportadas em sacos plásticos transparentes de primeiro uso.	Kg	2.364	3,33	7.872,12
4.	Alface: Crespa ou lisa, em kg, fresca, firme intacta, bem formada, repolhuda, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, devendo ser bem desenvolvida, isenta de enfermidades ou danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Sem sujidade, parasitas ou larvas ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livres da maior parte possível de terra, raízes. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, e preferencialmente no dia da colheita.	Kg	5.836	3,00	17.508,00
5.	Banana prata: extra, colhida no pleno desenvolvimento, coloração uniforme de acordo com o grau de maturação, não muito maduro e nem muito verde, sem manchas ou lesão de fito-parasitas sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio, e transporte. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, em pencas ou frutos inteiros.	Kg	22.175	3,28	72.734,00
6.	Batata doce: Extra, branca ou roxa, de 1ª qualidade, tamanho médio, íntegra e fresca, com casca sã, sem defeitos. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, e preferencialmente no dia da colheita.	Kg	9.411	3,00	28.233,00
7.	Beterraba: extra, raiz colhida em pleno desenvolvimento, com peso de 200g a 300g (duzentos a trezentos gramas), lavadas e secas à sombra, sem manchas ou lesão de fito-parasitas, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio e transporte. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e	Kg	5.317	3,76	19.991,92

	retornável, e preferencialmente no dia da colheita				
8.	Brócolis - extra, de primeira qualidade, in natura, em pé, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor próprias, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	kg	1.372	3,16	4.335,52
9.	Cebola branca - 1ª qualidade, tamanho médio, sem rupturas.	kg	1.646	2,66	4.378,36
10.	Cebolinha - com folhas intactas e viçosas, livres da presença de moluscos ou insetos entre suas folhas.	kg	91	6,39	581,49
11.	Cenoura: Extra, raízes colhidas com desenvolvimento completo, lavadas e secas à sombra, sem deformidades, sem lesão ou podridão causada por fito-parasitas, coloração uniforme, consistência firme, ausência de “ombro” verde, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio e transporte. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, e preferencialmente no dia da colheita.	Kg	43.134	4,25	183.319,50
12.	Chuchu: Extra, produto com tamanho e coloração uniformes, tenro, firme, com brilho natural, sem manchas, lesões ou podridão causadas por fito-parasitas, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio e transporte. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, e preferencialmente no dia da colheita.	Kg	13.092	1,46	19.114,32
13.	Coentro: Fresco, com folhas brilhantes, lisas e viçosas, firmes e sem áreas escuras, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, peso aproximado [MC]: 250g. Embalagem plástica atóxica, com as características organolépticas mantida. O produto que não apresentar boas condições para uso, será recusado no ato da entrega.	kg	18	10,37	186,66
14.	Couve comum: Extra, folhas inteiras bem desenvolvidas, firme, tamanho médio, talo verde ou roxo, coloração uniforme e sem manchas ou lesões ou podridão causadas por fito-parasitas, limpas, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio e transporte. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, e preferencialmente no dia da colheita.	Kg	4.620	2,50	11.550,00
15.	Espinafre - com folhas integras, livres de fungos; transportadas em sacos plásticos transparentes de primeiro uso.	kg	3.550	3,05	10.827,50
16.	Inhame - produto de boa qualidade, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes, típicos da variedade. Sem brotos, sem rachaduras ou cortes na casca, não apresentando manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre da maior parte possível de terra aderente à casca e de resíduos de fertilizantes. Isenta de umidade externa anormal. De colheita	kg	1.023	3,49	3.570,27

	recente. Acondicionado em embalagens de 1 Kg.				
17.	Mel - Mel de abelha puro, sem conservantes e aditivos, embalados em sachês de 4g, rotulado e inspecionado pelo serviço de inspeção e com prazo de validade.	kg	3.000	40,63	121.890,00
18.	Ovo Caipira - Ovo de galinha caipira, extra, fresco, pesando no mínimo 50 g cada, isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, de ótima qualidade, sem defeitos, tamanho uniforme. Não serão aceitos ovos com rachaduras, manchas ou defeito na casca. Acondicionados em embalagem apropriada contendo data de embalagem, prazo de validade, condições de armazenamento, rotulado e inspecionado pelo serviço de inspeção e com prazo de validade. Prazo mínimo de validade de 15 dias do seu acondicionamento. Produzido no sistema caipira, segundo orientação em anexo.	DZ	15.000	11,72	175.800,00
19.	Repolho: Extra, folhas formadas ("cabeça"), compacta e consistente ao toque, cortada próxima a superfície do solo, globular-achatados, tamanho e coloração verde claro, sem lesão de fito-parasitas, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio e transporte. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, e preferencialmente no dia da colheita.	Kg	8.911	2,08	18.534,88
20.	Salsa: Extra, talos e folhas inteiras e bem desenvolvidas, sem manchas, com folhas verdes e aspecto fresco, coloração uniforme, maço com peso médio de 150g, sem lesão ou podridão causada por fito-parasitas. A entrega do produto deverá ser realizada em caixa plástica limpa e retornável, e preferencialmente no dia da colheita.	Kg	91	5,55	505,05
21.	Tangerina Ponkan - Extra e tamanho médio. Deverá estar no ponto para consumo, madura, firme, uniforme, com brilho, aroma e sabor característicos da espécie. Não serão tolerados os defeitos externos ou internos que prejudiquem o consumo ou rendimento como: danos mecânicos, defeitos na casca, fruto murcho ou passado e podridão. O produto deverá estar isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	kg	19.446	2,67	51.920,82
TOTAL				R\$	835.711,95

ANEXO II

Envelope nº 001

Check List – GRUPO FORMAL

Identificação: _____	
(nome da cooperativa / associação)	
CNPJ: _____	DAP JURÍDICA: _____
Telefone: () _____	

- ☐ Identificação do Grupo Formal;
- ☐ a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- ☐ o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- ☐ a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- ☐ as cópias do estatuto (sendo permitido autenticações eletrônicas na Junta Comercial) e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- ☐ a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda
- ☐ Declaração de seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados e/ou associados;
- ☐ Carta de preposição autorizando o representante do Grupo Formal a apresentar proposta, interpor recursos, desistir de interposições, assinar contratos e demais atos relativos ao objeto desta Chamada Pública.

ANEXO II

Envelope nº 001

Check List – GRUPO INFORMAL

<p>Identificação: _____</p> <p>(nome do grupo informal)</p> <p>Identificação do Representante:</p> <p>_____</p> <p>CPF: _____ DAP: _____</p> <p>Telefone: () _____</p>
--

- ☐ Identificação do Grupo Informal;
- ☐ a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias; e
- ☐ a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

ANEXO II

Envelope nº 001

Check List – FORNECEDOR INDIVIDUAL

<p>Identificação: _____</p> <p>(nome do grupo informal)</p> <p>Identificação do Proponente:</p> <p>_____</p> <p>CPF: _____ DAP: _____</p> <p>Telefone: () _____</p>

- ☐ a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- ☐ a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;

ANEXO III
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FORMAL
PARTE 01 de 02

Identificação: _____	

(nome da cooperativa / associação)	
CNPJ: _____	DAP: _____

Endereço: _____		
Número/complemento: _____	Município: _____	Estado: _____

Telefones: () _____ / () _____ / () _____
--

Identificação do Presidente:

Telefone: () _____

Identificação do Representante 1:

Telefone: () _____

Identificação do Representante 2:

Telefone: () _____

ANEXO III
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FORMAL
PARTE 02 de 02

Identificação dos demais integrantes do Grupo Formal:

[illegible]

ANEXO IV

GRUPOS FORMAIS

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2018)

Eu, _____, representante da Cooperativa /Associação

_____, com CNPJ

nº _____ e DAP Jurídica nº

_____ declaro, para fins de participação no Programa

Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de

venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que compõem esta

cooperativa/associação.

Local, ____/____/____

Assinatura

ANEXO IV

GRUPO INFORMAL

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2018)

Eu, _____, CPF nº

_____ e DAP física nº

_____, declaro, para fins de participação no Programa

Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios a serem entregues são

oriundos de produção própria dos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

Local, ____/____/____

Assinatura

ANEXO V

GRUPOS FORMAIS

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE
INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS**

O(A) (nome do Grupo Formal) _____, CNPJ nº _____, DAP jurídica nº _____ com sede _____, neste ato representado(a) por (nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF nº _____, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Local, ____/____/____

Assinatura

ANEXO VI

Envelope nº 002

Check List – GRUPO FORMAL

Identificação: _____	
(nome da cooperativa / associação)	
CNPJ: _____	DAP: _____
Telefone: () _____	

☐ **PROJETO DE VENDAS;**

Documentação Comprobatória:

- ☐ No caso de ser produtor de gênero alimentício orgânico ou agroecológico, apresentar cópia de declaração de cadastro de produtor vinculado a Organização de Controle Social (OCS) ou cópia de atestado/certificado de conformidade orgânica emitido por Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE				
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº001/2018				
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
GRUPO FORMAL				
1. Nome do Proponente:		2. CNPJ:		
3. Endereço:		4. Município/UF:		
5. CEP:	6. DDD/Fone:	7. E-mail:		
8. Nº DAP Jurídica:	9. Nº de associados:	10. Nº de associados com DAP Física:		
11. Nome do representante legal:		12. CPF:		
13. Endereço:	14. Município/UFF:	15. DDD/Fone:		
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC				
1. Nome da Entidade Executora: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS		2. CNPJ: 29.138.369/0001-47	3. Município/UF: Teresópolis/ RJ	
4. Nome da Unidade Executora : SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		5. CNPJ: 29.138.369/0001-47	6. DRA:	
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS				
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço Unitário	5. Preço Total
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
	Kg		R\$	R\$
			Total do Projeto	R\$
OBS: A pesquisa de preços de mercado estará disponível nas Diretorias Regionais Administrativas.				
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal		

ANEXO VII

Envelope nº 002

Check List – GRUPO INFORMAL

Identificação: _____	
(nome do grupo informal)	
Identificação do Representante:	

CPF: _____	DAP: _____
Telefone: () _____	

☐ **PROJETO DE VENDAS;**

Documentação Comprobatória:

- ☐ No caso de ser produtor de gênero alimentício orgânico ou agroecológico, apresentar cópia de declaração de cadastro de produtor vinculado a Organização de Controle Social (OCS) ou cópia de atestado/certificado de conformidade orgânica emitido por Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

[illegible]

ANEXO VIII

Envelope nº 002

Check List – FORNECEDOR INDIVIDUAL

Identificação: _____	
(nome do grupo informal)	
Identificação do Representante:	

CPF: _____	DAP: _____
Telefone: () _____	

☐ **PROJETO DE VENDAS;**

Documentação Comprobatória:

- ☐ No caso de ser produtor de gênero alimentício orgânico ou agroecológico, apresentar cópia de declaração de cadastro de produtor vinculado a Organização de Controle Social (OCS) ou cópia de atestado/certificado de conformidade orgânica emitido por Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS

Secretaria Municipal de Educação

Rua Carmela Dutra nº 475 – Agriões – Teresópolis/RJ

**ANEXO IX
CONTRATO DE VENDA**

CONTRATO N.º _____/20XX

CONTRATO que entre si firmam o MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS e (Grupo Formal/Empreendedor Familiar Rural), tendo por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 29.238.369/0001-47, com sede administrativa na Av. Feliciano Sodré, nº 675 – Praça Governador Portela – Várzea, Teresópolis/RJ, doravante denominado “CONTRATANTE”, neste ato representado pela Srª ROSANA DA ROCHA MENDES, brasileira, solteira, professora, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, portadora da Cart. de Identidade nº XXXX e do CPF nº XXXXXX, residente e domiciliada nesta cidade, consoante disposto no DECRETO MUNICIPAL Nº 3.163 de 19 de outubro de 2004, e de outro lado, como “CONTRATADA”, (Grupo Formal/Empreendedor Familiar Rural), inscrita no CNPJ XXXXXX, situada na XXXXXX, neste ato representado por XXXXXX, portadora da Cart. de Identidade nº XXXX e do CPF nº XXXXX, residente e domiciliada XXXXX, firmam o presente contrato de conformidade com o Processo Administrativo nº XXXXX, que se regerá pela Lei 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 – A CONTRATADA se obriga ao fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, para alunos da Rede de Educação Básica Pública de conformidade com as especificações técnicas dos produtos a serem fornecidos constantes do ANEXO I, do Edital de Chamada Pública nº XXXXX e o “Quadro de Fornecedor” constante da proposta apresentada, que fará parte integrante do presente contrato independentemente de transcrição ou forma.

1.2 – Compromete-se a CONTRATADA a fornecer os seguintes alimentos constantes do “Quadro de Fornecedor”, pelo prazo do contrato, da seguinte forma: XXXXXXXXXXXXXXXX; para atendimento à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a serem entregues parceladamente durante a vigência do contrato, conforme solicitação do CONTRATANTE. A entrega deverá ser efetuada no primeiro dia útil, após a solicitação do produto pela Secretaria.

SEGUNDA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1 – O valor global do presente é de R\$ XXXXXXXX

2.2 – O valor do presente corresponde à: XXXXXXXXXXXX

2.3 – O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria solicitante será efetuado trinta dias após o fornecimento dos gêneros alimentícios, mediante requerimento em processo de pagamento, formalizado no PROTOCOLO GERAL desta PREFEITURA, devendo o LICITANTE apresentar a cópia do contrato, da nota de empenho e da nota fiscal.

2.4 – Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido, o valor será acrescido de XXXX de juros de mora ao mês “pro rata tempore”, bem como, a título de compensação financeira de XXXX ao mês, pro rata dia.

2.5 – Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o Município de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de XXXX ao mês, pro rata dia.

2.6 – Os preços inicialmente contratados serão irrevogáveis, conforme Lei Federal nº 8.880 de 24 de março de 1994, salve se, ao contrário, Lei Federal estabelecer.

TERCEIRA: DO FUNDAMENTO:

O presente contrato é oriundo do Chamamento Público nº XXXX originando o procedimento licitatório de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº XXXXX regido pela Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: XXXXXXXXXXXX

QUINTA: DO PRAZO

5.1 – O presente contrato iniciar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de seis meses.

5.2 – Havendo necessidade com pedido devidamente justificado nos autos, os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto do presente poderão ser prorrogados na forma do Art. 57 seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

SEXTA: DAS GARANTIAS:

6.1 – Como garantia para o bom e fiel cumprimento do Contrato, o CONTRATADO prestará garantia, sob a modalidade de caução em dinheiro, na proporção de XXXXX, sob o valor total do Contrato.

6.2 – O valor a que se refere o item anterior será recolhido através de guia própria (D.A.M.), junto Secretaria Municipal de Fazenda, no ato em que se der o pagamento da primeira fatura do contrato.

6.3 – A importância que se refere o item anterior será liberada e percebida pela CONTRATADA em uma única parcela, após o recebimento definitivo do objeto contratual a ser formalizado pela Secretaria responsável por sua fiscalização, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

SETIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 – O atraso injustificado na execução do presente contrato implicará na aplicação de Multa de Mora no valor de XXXXX sobre o valor total do contrato.

7.2 – A CONTRATADA, caso se torne inadimplente no cumprimento de suas obrigações, no que diz respeito a qualidade do produto, sua execução ou prazos, como constante de sua Proposta, ou não mantiver o preço pactuado, ou qualquer outra cláusula no presente estipulada, serão aplicadas pela Administração as seguintes penalidades:

7.2.1 – Advertência por escrito

7.2.2 – Multa administrativa de XXXX sobre o valor total do presente contrato, conforme decisão da autoridade superior.

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município, por prazo de até XXXX.

7.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e imediata comunicação de tal ocorrência Egregio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Primeiro: A sanção indicada no subitem 7.2.2 da presente poderá vir a ser aplicada isolada ou conjuntamente com as demais sanções previstas nos itens 7.2.1, 7.2.3 e 7.2.4, dependendo da falta cometida, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: Será garantido, nesse caso, ao CONTRATADO, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos segundo e terceiro do Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

OITAVA: DA RESCISÃO:

Constitui motivos para rescisão do presente contrato:

8.1 – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou seu cumprimento irregular.

8.2 – a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto contratual nos prazos estipulados.

8.3 – o atraso injustificado no início da execução do objeto contratual.

8.4 – a paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

8.5 – a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da CONTRATADA com outrem, sua cessão ou transferência, total ou parcial, bem como sua fusão, cisão ou incorporação.

8.6 – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores.

8.7 – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do Art. 67 da Lei 8.666/93.

8.8 – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil

8.9 – a dissolução da sociedade

8.10 – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato

8.11 – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o contrato.

8.12 – a supressão, por parte da administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no §1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

8.13 – a suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a XXXXX, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesse caso o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação.

8.14 – o atraso superior a XXXX do pagamento devido pelo CONTRATANTE, decorrente da execução pela CONTRATADA, do presente Instrumento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

8.15 – a não liberação, por parte do CONTRATANTE, diária, local ou objeto para execução serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais

8.16 – a ocorrência de caso fortuito ou força/maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato

Parágrafo único: os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa

NONA: DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO:

Em caso de rescisão contratual é assegurado a Administração Municipal os seguintes direitos:

9.1 – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados a Administração.

DECIMA: DA TAXA DE EXPEDIENTE:

Obriga-se a CONTRATADA a proceder ao recolhimento da Taxa de Expediente, no ato de assinatura do presente.

DECIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

Obriga-se a CONTRATANTE a proceder a publicação, em extrato, no prazo legal, no Diário Eletrônico que publica as matérias oficiais deste Município.

DECIMA SEGUNDA: DA RESPONSABILIDADE :

Responsabiliza-se a CONTRATADA por danos causados ao Município ou a Terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do presente, não excluída essa responsabilidade pela fiscalização ou pelo acompanhamento por órgão próprio do CONTRATANTE.

DECIMA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O objeto Contratual será executado pelo regime de execução indireta sob a modalidade de preço global.

DECIMA QUARTA: DOS ENCARGOS SOCIAIS:

14.1 – Todos os encargos sociais e as obrigações previstas na C.L.T. e respectiva legislação complementar, referente ao pessoal responsável pela consecução do objeto contratual, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 – O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, no que diz respeito as suas obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DECIMA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO:

O CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Educação, fiscalizará a execução do objeto ora contratado.

DECIMA SEXTA: DA ACEITAÇÃO:

A aceitação do objeto contratual ficará a cargo da Secretaria fiscalizadora.

16.1 – Em caso de recusa de parte ou de todo o serviço, o pagamento ficará sustado, até sua regularização, contando-se dessa época o prazo de pagamento fixado na Cláusula Segunda do presente.

16.2 – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

DECIMA SETIMA: DO FORO:

Fica eleito o foro do Município de Teresópolis, para dirimir as questões oriundas do presente. E assim as partes justas e acordadas assinam o presente em XXXX vias de igual teor e forma para que produza seus jurídicos efeitos.

Teresópolis, ____ de _____ de _____

ANEXO X

QUANTIDADES DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nº.	GÊNEROS	BERÇÁRIO	CRECHES	CMEI - APAE FUNDAMENTAL I	FUNDAMENTAL II	EJA	TEMPO INTEGRAL	ACAMP	Total (Kg)
1	ABOBORA MADURA	153	855	4.250	7.200	396	698	-	13.552
2	AGRIÃO	27	114	1.360	800	36	27	-	2.364
3	AIPIM	182	826	7.225	6.000	109	-	-	14.342
4	ALFACE	45	190	3.400	2.000	120	81	-	5.836
5	BANANA PRATA	342	2.850	11.900	7.000	-	27	56	22.175
6	BATATA DOCE	54	342	5.100	3.600	180	135	-	9.411
7	BETERRABA	45	494	2.550	2.000	120	108	-	5.317
8	BROCOLIS	9	38	680	600	36	9	-	1.372
9	CEBOLA	100	300	400	600	200	46	-	1.646
10	CEBOLINHA	1	6	51	30	2	1	-	91
11	CENOURA	608	2.765	23.970	14.100	666	1.026	-	43.134
12	CHUCHU	261	1.653	6.120	4.500	90	468	-	13.092
13	COENTRO	0	1	10	6	0	0	-	18
14	COUVE COMUM	144	912	2.040	1.200	72	252	-	4.620
15	ESPINAFRE	99	475	1.700	1.000	60	216	-	3.550
16	INHAME	149	627	-	-	-	248	-	1.023
17	MEL			1000	2000			-	3.000
18	OVO CAIPIRA	250	1700	7000	6000			50	15.000
19	REPOLHO	81	342	4.760	3.500	120	108	-	8.911
20	SALSA	1	6	51	30	2	1	-	91
21	TANGERINA/POCÃ	126	-	11.900	7.000	420	-	-	19.446

ANEXO XI

GRUPOS FORMAIS

CARTA DE PREPOSIÇÃO AUTORIZANDO REPRESENTANTE DO GRUPO FORMAL

(CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2018)

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida em __/__/__, pelo Instituto _____, para representar nossa Cooperativa /Associação (_____), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, na Chamada Pública XXXX a se realizar no dia __/__/__ executada pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, às XX:XX horas, podendo para tanto apresentar propostas, interpor recursos e desistir de sua interposição, assinar contrato e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame

Local, ____/____/____

Assinatura

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE BENEFICIAMENTO

Declaro que em ____ / ____ / ____ embalei e rotulei ____ Kg ou ____ Dúzias do produto
____ produzidos pelo produtor
____ CPF _____, DAP n°
____, válida até _____, na minha unidade de
beneficiamento denominada _____ na localidade de
____, município _____ sob o n° do Serviço de Inspeção
____. Os produtos beneficiados são do lote n° _____ ao lote n°
____. Declaro que essas informações são verdadeiras.

Assinatura do responsável pela unidade de processamento

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO NO SISTEMA CAPIRA

Eu, _____, CPF
nº _____ e DAP nº _____, declaro, para fins de
participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que o gênero alimentício Ovos caipira a
serem entregues são oriundos de produção própria e produzidos no sistema caipira, conforme orientação
do Anexo

Local, ____/____/____

Assinatura

ANEXO XIV

OFÍCIO CIRCULAR/DIPOA Nº 60/99 EM 04/11/99: Ovo caipira.

Serviço Público Federal

Ministério da Agricultura e do Abastecimento Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA Gabinete do Diretor

OFÍCIO CIRCULAR / DIPOA N.º 60/99 EM 04/11/99

Do: Diretor do departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA Ao: SIPA's / DFA's Assunto : Registro do Produto "Ovos Caipira" ou "Ovos Tipo ou Estilo Caipira" ou "Ovos Colonial" ou "Ovos Tipo ou Estilo Colonial".

- Considerando que cada vez mais estão presentes no mercado competitivo de alimentos produtos obtidos em sua forma natural.
 - Considerando que os avicultores de postura já dão exemplo explorando um nicho de mercado constituído de consumidores bem informados e preocupados com a composição nutricional sem nenhum fator de modificação.
 - Considerando os componentes nutricionais e seus possíveis efeitos na saúde humana como um dos pontos de prioridade na escolha do alimento.
 - Considerando que o "Ovo" é um dos principais itens na dieta humana, sendo reconhecido como um dos elementos mais completos, rico em nutrientes essenciais.
 - Considerando as tendências de mercado buscando as culturas rurais que depois de adaptados conquistaram um mercado abrangente de consumo.
 - Considerando a versatilidade do produto em uma gama enorme de aplicação na culinária brasileira.
 - Considerando os vários pedidos de aprovação do produto em lide, junto a Divisão de Operações Industriais, este resolve estabelecer critérios para produção e identificação do produto:
1. O produto terá como designação de venda "Ovos Caipira" ou "Ovos Tipo ou Estilo Caipira" ou "Ovos Colonial" ou "Ovos Tipo ou Estilo Colonial".
 2. As galinhas poedeiras deverão ser alimentadas com dietas exclusivamente de origem vegetal, sendo proibida a colocação de pigmentos sintéticos na ração;
 3. O sistema de criação deverá ser o mesmo adotado para as galinhas criadas em sistema extensivos, livres ao pastoreio, recomenda-se 3 metros quadrados de pasto por ave;
 4. O local de postura, não necessita ser pré estabelecido, mas recomenda-se que sejam construídos locais cobertos onde previamente estarão fixados os locais de postura, de fácil acesso denominados "Ninhos", facultando-se a iluminação artificial;
 5. Deverá ser assegurado ao produto garantias da sua obtenção nos aspectos referentes a higiene e sanidade, levando em conta como referência o número de coleta de ovos no mínimo de 5 coletas diárias e a guarda dos mesmos em sua sala de ovos apropriada e com controle sanitário;
 6. É vedada a reutilização de embalagens ou bandejas ao produto;
 7. É indispensável o relacionamento das granjas produtoras junto ao Serviço de Inspeção Federal com a apresentação de toda a documentação inerente ao processo;
 8. Atender o artigo 12 do código de proteção e defesa do consumidor lei nº 8078 de 11 de setembro de 1990.
 9. O referido documento entra em vigor a partir da presente data, revogando o Ofício Circular/DOI/DIPOA N.º 008/99, de 19.05.99.